

DOE UM BRINQUEDO, GANHE UM SORRISO: SOLIDARIEDADE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA EM UM PROJETO COMUNITÁRIO

Piedley Macedo Saraiva¹
Alessandra Oliveira Vieira²
Ana Karoliny Feitosa³
André Carlos da Silva Sousa⁴
Maria Biatríz da Silva Sousa⁵
Maria Ilkaelly Alves Gonçalves⁶

RESUMO: O direito ao brincar constitui dimensão central do desenvolvimento infantil e está associado a aspectos emocionais, cognitivos e sociais da infância. Em contextos de vulnerabilidade social, o acesso a brinquedos e espaços de lazer é frequentemente limitado, o que impacta a autoestima, o pertencimento e a qualidade de vida das crianças. Este artigo tem como objetivo analisar o projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso” como experiência concreta de solidariedade, participação comunitária e responsabilidade social, articulando-o com conceitos de transparência, *accountability* e controle social discutidos na literatura sobre gestão pública e cidadania. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência com base nos documentos do projeto (PM Canvas, justificativa, objetivos, registros de ações e avaliação) e em revisão bibliográfica sobre desenvolvimento infantil, direito ao brincar e participação social. Os resultados indicam que a campanha superou as expectativas de arrecadação, beneficiando 60 crianças do distrito de Santa Tereza, Tauá – CE, e fortalecendo vínculos comunitários. Discute-se, ainda, como elementos de transparência na comunicação, registro das ações e devolutiva à comunidade se aproximam de práticas de governança, mesmo em nível micro e não estatal. Conclui-se que iniciativas desse tipo podem funcionar como laboratórios de cidadania ativa, educação em valores e construção de uma cultura de solidariedade com base em princípios próximos aos que orientam a transparência na gestão pública.

Palavras-chave: Infância. Brincar. Solidariedade. Participação Social. Transparência. Projeto Social.

¹Orientador. UECE.

²Curso: Ciências Contábeis.

³Curso: Ciências Contábeis.

⁴Curso: Gestão de Recursos Humanos (RH).

⁵Curso: Gestão de Recursos Humanos (RH).

⁶Curso: Gestão de Recursos Humanos (RH).

I. INTRODUÇÃO

A infância, enquanto fase de intensos processos de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social, é atravessada pela experiência do brincar. De acordo com Brites (2025), os brinquedos não se restringem ao entretenimento: constituem mediadores simbólicos por meio dos quais a criança explora o mundo, elabora emoções e aprende a se relacionar em sociedade. No mesmo sentido, Garcia (2025) destaca que o ato de brincar é elemento estruturante da educação infantil, favorecendo criatividade, linguagem, construção de regras e autonomia. A importância do brincar para o desenvolvimento infantil é amplamente reconhecida, sendo considerada uma atividade essencial para a formação da mente e a construção da realidade da criança, como defendido por Vygotsky (1998), que enfatiza o papel da interação social no desenvolvimento cognitivo, e Winnicott (1975), que aborda o brincar como um espaço transicional fundamental para a saúde mental.

Entretanto, crianças em situação de vulnerabilidade social frequentemente vivenciam uma infância marcada pela escassez de recursos materiais, entre eles os brinquedos, que acabam sendo relegados a um lugar de “supérfluo” frente às necessidades básicas de moradia, alimentação e trabalho dos responsáveis. Como lembra o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o brincar é direito e não luxo, integrando o conjunto de condições necessárias a uma infância digna (BRASIL, 1990). A privação do brincar pode ter consequências sérias para o desenvolvimento, afetando a capacidade de socialização, a criatividade e a expressão emocional, conforme apontam diversos estudos sobre o tema.

Nesse contexto, o projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso” foi concebido como uma ação de extensão comunitária vinculada ao curso de Nutrição, na disciplina Cultura e Sociedade, no Centro Universitário Paraíso – Unifap. O projeto teve como foco o distrito de Santa Tereza, em Tauá – CE, e buscou arrecadar brinquedos novos ou em bom estado para doação, fomentando valores de solidariedade e participação social. A iniciativa reconhece que a universidade, além de seu papel de ensino e pesquisa, possui uma responsabilidade social de atuar diretamente na comunidade, promovendo o bem-estar e a cidadania, como ressaltado por Freire (2005) em sua pedagogia da autonomia.

Ao mesmo tempo, a experiência dialoga com um conjunto de discussões contemporâneas sobre gestão pública, transparência e controle social (SARAIVA et al., 2025). Ainda que se trate de um projeto não governamental e de pequena escala, sua concepção, execução e prestação de

contas à comunidade se aproximam de princípios presentes na administração pública democrática: publicidade dos atos, clareza na comunicação, responsabilização perante a coletividade e estímulo à cidadania ativa (DI PIETRO, 2020; MATIAS-PEREIRA, 2012). A busca por *accountability*, mesmo em iniciativas de menor porte, reflete uma crescente demanda por governança e ética em todas as esferas da sociedade, como discutido por Pinho e Sacramento (2009).

Diante disso, este artigo busca responder à seguinte questão: em que medida o projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso” contribui não apenas para garantir o direito ao brincar, mas também para fortalecer práticas de participação e transparência na relação comunidade-instituições de ensino?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso” como experiência concreta de solidariedade, participação comunitária e responsabilidade social, articulando-o com conceitos de transparência, *accountability* e controle social. Para alcançar esse propósito, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos; Resgatar o direito ao brincar e apoiar o desenvolvimento emocional e social das crianças; Mobilizar a comunidade em torno de valores como solidariedade, empatia e respeito; Estimular uma cultura de participação social e de responsabilidade coletiva; Fortalecer laços entre instituição de ensino, estudantes, voluntários, comerciantes locais e famílias beneficiadas.

3

Para tanto, o trabalho fundamenta-se em autores como Brites (2025), Garcia (2025), Saraiva et al. (2025) e Di Pietro (2020), buscando alinhar a teoria do desenvolvimento infantil e da gestão pública com a prática de um projeto comunitário. Espera-se que os resultados desta pesquisa não apenas enriqueçam o debate acadêmico sobre projetos sociais, mas também ofereçam diretrizes práticas para que iniciativas locais possam transformar seus ambientes em espaços de aprendizado contínuo, fortalecendo a cidadania e a solidariedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Direito ao Brincar e o Desenvolvimento Infantil

A infância é uma fase crucial para o desenvolvimento humano, e o brincar é um de seus pilares fundamentais. Brites (2025) e Garcia (2025) enfatizam que os brinquedos e o ato de brincar são mais do que entretenimento; são ferramentas essenciais para a exploração do mundo, a elaboração de emoções e a aprendizagem social. Vygotsky (1998) também corrobora essa visão, ao argumentar que o brincar é um motor do desenvolvimento, permitindo à criança

experimentalizar papéis sociais e desenvolver funções psicológicas superiores. Winnicott (1975), por sua vez, destaca a importância do espaço transicional criado pelo brincar, onde a criança pode expressar sua criatividade e lidar com a realidade. Em contextos de vulnerabilidade, onde o acesso a esses recursos é limitado, o direito ao brincar, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), torna-se ainda mais relevante para assegurar uma infância digna e promover o bem-estar integral da criança. A ausência de oportunidades para brincar pode levar a déficits no desenvolvimento cognitivo e emocional, como apontado por diversos estudos na área da psicologia infantil.

2.2 Solidariedade e Participação Social

A solidariedade e a participação social são elementos vitais para a construção de comunidades mais justas e equitativas. Freire (2005) aborda a pedagogia da autonomia, onde a participação ativa e a responsabilidade social são incentivadas como pilares para a transformação social. Nunes e Costa (2023) discutem a importância da participação cidadã no processo de urbanização, o que se estende a projetos comunitários, demonstrando como a mobilização coletiva pode gerar mudanças significativas. O projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso” exemplifica como a mobilização comunitária em torno de uma causa comum pode fortalecer laços sociais e promover valores de generosidade e empatia, transformando o ato de doar em um exercício de ética e cidadania. A solidariedade, nesse sentido, não é apenas um ato de caridade, mas uma prática que fortalece o tecido social e promove a coesão, como defendido por Putnam (2000) em sua análise sobre o capital social.

4

2.3 Transparência, *Accountability* e Controle Social

A transparência, a *accountability* (responsabilização) e o controle social são conceitos fundamentais na gestão pública democrática, mas que também se aplicam a iniciativas não governamentais. Saraiva et al. (2025) revisam o papel da transparência na gestão pública, enquanto Di Pietro (2020) e Matias-Pereira (2012) abordam a publicidade dos atos e a clareza na comunicação como elementos essenciais para a legitimidade das ações governamentais. Em projetos comunitários, a divulgação de informações sobre a execução, os resultados e a prestação de contas à comunidade, mesmo em nível micro, fortalece a confiança e a responsabilidade. Lobo, Menezes e Raupp (2024) diferenciam transparência ativa (divulgação espontânea) e passiva (resposta a solicitações), ambos relevantes para a credibilidade de qualquer iniciativa.

A preocupação com registros e a devolutiva à comunidade no projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso” reflete essa lógica de *microaccountability* e governança (SOUZA; CAMARGO, 2025), demonstrando que a ética e a responsabilidade não são exclusivas do setor público, mas devem permear todas as ações que visam o bem comum. Mazza (2019) também reforça a importância da publicidade como princípio fundamental do direito administrativo, aplicável por analogia a projetos que lidam com recursos e expectativas da comunidade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se configura como um relato de experiência de natureza descritivo-analítica, fundamentado em uma abordagem qualitativa. A metodologia, como pilar central de qualquer investigação científica, foi cuidadosamente delineada para organizar sistematicamente os procedimentos necessários à consecução dos objetivos propostos.

A pesquisa empregou uma abordagem descritiva, que se dedica a observar, registrar e analisar fenômenos em seu estado natural, sem qualquer intervenção do pesquisador. Essa característica permitiu uma caracterização estruturada e fidedigna da realidade em estudo, conforme preconizado por Gil (2019). Adicionalmente, elementos de uma pesquisa exploratória foram incorporados, especialmente por se tratar de um tema que demandava um aprofundamento maior. A natureza exploratória foi crucial para uma aproximação mais íntima com o campo empírico, possibilitando o aprimoramento de conceitos, o levantamento de hipóteses pertinentes e a identificação de variáveis relevantes para a análise, como sugerido por Vergara (2016).

A escolha pela abordagem qualitativa foi estratégica e fundamental para o estudo. Ela permitiu uma compreensão aprofundada das percepções, práticas e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no contexto do projeto, conforme a perspectiva de Minayo (2014). Essa abordagem mostrou-se particularmente adequada para captar a complexidade das relações de trabalho, os desafios intrínsecos enfrentados e as estratégias inovadoras adotadas em ambientes frequentemente marcados pela limitação de recursos. Dessa forma, foi possível construir uma análise mais rica, contextualizada e matizada da experiência vivenciada no projeto.

Para a construção e embasamento deste estudo, foram utilizadas diversas fontes de informação: Documentos produzidos no âmbito do projeto: Incluíram o PM Canvas, a justificativa detalhada, os objetivos estabelecidos, o cronograma de atividades, registros

fotográficos e em vídeo que documentaram as ações, relatórios de resultados alcançados e a identificação de pontos de melhoria contínua.

Referencial teórico abrangente: Sobre desenvolvimento infantil e a importância do brincar, foram consultados Brites (2025), Garcia (2025), Vygotsky (1998) e Winnicott (1975), que fornecem a base para entender o impacto das atividades lúdicas.

No campo da cultura, sociedade e participação social, o estudo se apoiou em Freire (2005) e Nunes e Costa (2023), que oferecem perspectivas sobre o engajamento comunitário e a construção social. Para a discussão de transparência, accountability e controle social na gestão pública, foram referenciados Saraiva et al. (2025), Mazza (2019), Di Pietro (2020) e Pinho e Sacramento (2009), que balizam a análise da gestão e prestação de contas.

A análise dos dados e informações seguiu um processo estruturado em duas etapas principais: Sistematização do desenho do projeto: Nesta fase, procedeu-se à organização e detalhamento dos elementos constitutivos do projeto, abrangendo o produto, a justificativa de sua existência, os objetivos traçados, os stakeholders envolvidos, os recursos empregados, os riscos identificados, os resultados obtidos e os mecanismos de avaliação implementados. Articulação crítica da experiência com conceitos teóricos: A segunda etapa consistiu em uma análise crítica da experiência vivida, articulando-a com conceitos fundamentais como solidariedade, cidadania, participação comunitária e transparência. Essa articulação foi especialmente inspirada e aprofundada pelo quadro teórico da transparência na gestão pública, conforme apresentado por Saraiva et al. (2025), permitindo uma reflexão mais profunda sobre o impacto social e ético do projeto.

Em suma, este trabalho representa um estudo aplicado, com um foco marcante na formação cidadã e na prática extensionista, estabelecendo uma ponte interdisciplinar entre as áreas da Nutrição e das Ciências Sociais.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A presente pesquisa busca diagnosticar a estruturação do projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso”, evidenciando tanto as práticas bem-sucedidas quanto os gargalos operacionais e as oportunidades de melhoria. Como principais resultados, almeja-se: Mapeamento de Desafios: Identificar os entraves críticos enfrentados na execução do projeto, como a arrecadação abaixo do esperado ou o recebimento de brinquedos inadequados. Definição de Perfil de Beneficiários: Determinar as necessidades das crianças e famílias atendidas, com

ênfase no direito ao brincar e no desenvolvimento emocional; Diagnóstico de Capacitação: Levantar as competências desenvolvidas pelos estudantes e voluntários e contrastá-las com as lacunas que demandam intervenções mais sistemáticas; Nível de Conscientização Comunitária: Analisar a percepção dos participantes (doadores, voluntários, beneficiários) sobre o impacto social do projeto e a importância da solidariedade; Proposição de Melhorias: Identificar práticas atuais que possam ser otimizadas por meio de ferramentas acessíveis, como planejamento antecipado da divulgação, ampliação dos pontos de coleta e organização logística mais estruturada.

A pesquisa revelou um cenário de ampla participação e superação das expectativas iniciais.

4.1 Contexto, Produto e Justificativa do Projeto

O projeto nasceu do reconhecimento de que, em comunidades vulneráveis como o distrito de Santa Tereza (Tauá – CE), o acesso a brinquedos é limitado, aprofundando desigualdades no direito ao brincar e no desenvolvimento infantil. O “produto” central do projeto é a campanha de arrecadação e doação de brinquedos para crianças em situação de vulnerabilidade social.

A justificativa, ancorada no ECA, parte da premissa de que: Famílias de baixa renda priorizam necessidades básicas (alimentação, moradia, transporte); O brincar, embora essencial, tende a ser invisibilizado nas políticas e práticas cotidianas; A doação de brinquedos, quando mediada por ações educativas, pode significar não apenas um bem material, mas uma “experiência simbólica de valorização, alegria e pertencimento”.

Além da dimensão material, o projeto assume um caráter educativo e mobilizador: pretende reforçar valores de generosidade, partilha e responsabilidade social, tanto entre doadores quanto entre voluntários e beneficiários (FREIRE, 2005). O ato de doar torna-se, assim, um exercício de ética e cidadania, contribuindo para a formação de uma consciência social mais ampla.

4.2 Objetivos e Benefícios Alcançados

O objetivo geral do projeto é “levar alegria, esperança e afeto às crianças em situação de vulnerabilidade social, proporcionando momentos de felicidade e contribuindo para uma

infância mais digna e significativa” por meio da doação de brinquedos novos ou em bom estado de conservação.

Entre os objetivos específicos, destacam-se: Resgatar o direito ao brincar e apoiar o desenvolvimento emocional e social das crianças; Mobilizar a comunidade em torno de valores como solidariedade, empatia e respeito; Estimular uma cultura de participação social e de responsabilidade coletiva; Fortalecer laços entre instituição de ensino, estudantes, voluntários, comerciantes locais e famílias beneficiadas; Os benefícios podem ser agrupados em três dimensões, como já previsto no projeto original:

Social: inclusão, fortalecimento dos vínculos comunitários, redução de sentimentos de exclusão entre as crianças beneficiadas.

- Educacional: formação de valores éticos e de cidadania em estudantes, voluntários e doadores, alinhando-se à proposta de uma educação transformadora.
- Emocional: aumento de autoestima, alegria, sensação de pertencimento e estímulo ao brincar, com impacto positivo na saúde mental infantil (BRITES, 2025; WINNICOTT, 1975), que vê o brincar como uma forma de expressão e elaboração de conflitos.

4.3 Planejamento, Stakeholders e Linha do Tempo

O planejamento do projeto foi elaborado utilizando um PM Canvas simplificado, que delineou os stakeholders principais, as premissas, os riscos e a linha do tempo. Os stakeholders principais incluíram as crianças beneficiadas e suas famílias, os doadores (estudantes, docentes, funcionários, comunidade em geral), os voluntários na triagem, organização e entrega, os comércios locais parceiros que contribuíram com brinquedos ou apoio material, e a instituição de ensino como apoiadora e legitimadora da ação.

As premissas consideradas foram a existência de doadores dispostos a contribuir, a expectativa de que os brinquedos estariam em condições de uso, e a comunicação eficaz via redes sociais e canais institucionais. Entre os riscos identificados estavam a arrecadação abaixo do esperado, o recebimento de brinquedos inadequados (quebrados, perigosos) ou sem condições de uso, e a limitação de recursos financeiros para transporte, embalagens e logística.

A linha do tempo exemplificativa do planejamento estabeleceu o planejamento de 20/10 a 31/10, a divulgação e coleta de 01/11 a 30/11, a triagem e organização de 01/12 a 05/12, e a entrega em 07/12. Essa estrutura aproxima o projeto de uma lógica de gestão por resultados, tal como defendido na literatura sobre modelos gerenciais e de excelência em gestão pública (MOREIRA, 2019; RAIMUNDO, 2019), ainda que aqui em escala comunitária e acadêmica.

A clareza no planejamento é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa, independentemente de seu porte, como ensina Maximiano (2015) sobre a teoria geral da administração.

4.4 Execução, Transparência e Registros das Ações

A campanha obteve ampla participação da comunidade acadêmica e local, superando as expectativas de doações e permitindo beneficiar 60 crianças com brinquedos adequados à faixa etária, o que demonstra a aderência da ação às necessidades do público-alvo. As etapas principais incluíram a mobilização por meio de redes sociais, cartazes e comunicação boca a boca; o posicionamento de caixas de coleta identificadas com o nome da campanha; o armazenamento em espaço físico definido; a triagem dos brinquedos, verificando integridade, segurança e faixa etária; e a higienização e embalagem, frequentemente com papel de presente e laços para reforçar o caráter afetivo da doação.

Um diferencial relevante do projeto foi a preocupação em registrar e divulgar suas etapas, com a produção de materiais visuais (artes, textos, imagens de brinquedos embalados), o registro audiovisual da entrega (vídeo curto publicado em plataforma digital) e a elaboração de um relatório final com resultados, pontos de melhoria e sugestões para futuras ações. Essa prática se aproxima, em escala micro, de mecanismos de transparência ativa, tal como definidos por Lobo, Menezes e Raupp (2024), onde uma instituição divulga informações de forma espontânea. Embora não se trate de um órgão público, a lógica é similar: informar o que foi feito, quantificar resultados (número de brinquedos, crianças atendidas), explicitar etapas (coleta, triagem, entrega) e permitir que quem doou veja o destino da ação, fortalecendo a confiança. Saraiva et al. (2025) argumentam que, na gestão pública, a transparência – ativa e passiva – fortalece a confiança da população e os mecanismos de controle social.

Neste projeto, essa "prestação de contas" aos doadores, à comunidade e à instituição atua como uma forma de microaccountability, representando uma responsabilidade moral e simbólica perante os colaboradores e as crianças beneficiadas. A publicidade dos atos, mesmo em iniciativas menores, é um pilar para a construção da legitimidade e da confiança, como enfatizado por Di Pietro (2020). Também é possível identificar elementos de governança (SOUZA; CAMARGO, 2025), na medida em que o projeto articula planejamento, clareza de

objetivos, gestão de recursos escassos e preocupação com resultados sociais, ainda que em formato de ação solidária estudantil.

A preocupação com a eficiência e a eficácia, mesmo em projetos sociais, reflete uma tendência de gestão por resultados que tem sido cada vez mais valorizada, como discutido por Abrucio (1997) sobre o impacto do modelo gerencial na administração pública. Os impactos sociais e aprendizagens indicam que o projeto superou as expectativas de arrecadação inicial, beneficiou diretamente 60 crianças com brinquedos adequados, promoveu momentos de alegria e celebração na entrega, contribuindo para a autoestima e sensação de pertencimento, e mobilizou estudantes, professores, comerciantes e moradores em torno de uma causa comum.

Além do impacto imediato nas crianças, destaca-se a formação cidadã de estudantes de Nutrição, que vivenciaram na prática dimensões de cultura, sociedade e direitos sociais, alinhando-se à proposta de Freire (2005) de uma educação libertadora e engajada. Houve também o fortalecimento da imagem da instituição como espaço de compromisso social, demonstrando seu papel ativo na comunidade, e a criação de redes colaborativas com parceiros locais, que podem ser mobilizadas em futuras ações, ampliando o alcance e a sustentabilidade de iniciativas semelhantes.

Em perspectiva teórica, a experiência reforça a ideia, consolidada na literatura, de que iniciativas solidárias e de participação social ampliam o capital social e a confiança entre atores comunitários (PUTNAM, 2000), o que, a médio prazo, pode favorecer o engajamento em outras agendas de interesse coletivo, incluindo saúde, nutrição e educação. A construção de uma sociedade mais justa e solidária passa necessariamente pelo fortalecimento desses laços e pela promoção da cidadania ativa, como argumentado por Balestreri (2022) em sua discussão sobre a identidade cidadã.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito central analisar o projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso” como experiência concreta de solidariedade, participação comunitária e responsabilidade social, articulando-o com conceitos de transparência, *accountability* e controle social. Por meio de um relato de experiência e revisão bibliográfica, foi possível consolidar um panorama viável da realidade do projeto. Os resultados confirmam que o objetivo geral foi atingido, evidenciando a relevância da iniciativa para o desenvolvimento infantil e o fortalecimento da cidadania.

Diagnóstico das Práticas e a Realidade da Solidariedade - Os principais achados revelam um contexto de ampla mobilização e superação das expectativas de arrecadação. A preocupação com o registro das ações e a devolutiva à comunidade demonstram uma abordagem que se aproxima dos princípios de transparência ativa e *microaccountability*. Observou-se que a campanha beneficiou 60 crianças com brinquedos adequados, promovendo momentos de alegria e fortalecendo vínculos comunitários. Esse cenário valida as discussões de autores como Freire (2005) e Putnam (2000), ao confirmar que iniciativas solidárias ampliam o capital social e a confiança entre os atores comunitários, elementos cruciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais coesa.

O Potencial de Transformação e a Influência Cultural - Por outro lado, o estudo identificou vetores positivos que representam oportunidades de avanço. A mobilização de estudantes, professores, comerciantes e moradores em torno de uma causa comum demonstra o potencial de formação cidadã e o fortalecimento da imagem da instituição. Elementos como a clareza na comunicação, o registro das etapas e a preocupação com resultados aproximam essa experiência de princípios de publicidade e governança. Contudo, o desafio reside em articular esses valores culturais (solidariedade e participação) com mecanismos formais de avaliação e desempenho, evitando que a informalidade se torne uma barreira à eficiência. A busca por uma gestão mais profissionalizada, mesmo em projetos sociais, é uma tendência que visa otimizar recursos e maximizar impactos, como sugerido por Raimundo (2019).

11

Contribuições do Estudo e Resposta ao Problema de Pesquisa - No que tange ao problema de pesquisa, conclui-se que o projeto “Doe um brinquedo, ganhe um sorriso” contribuiu significativamente para garantir o direito ao brincar e para fortalecer práticas de participação e transparência na relação comunidade–instituições de ensino. A contribuição teórica deste trabalho reside na aplicação de conceitos clássicos de solidariedade, participação social e transparência a um contexto de projeto comunitário, enriquecendo o debate sobre a gestão de iniciativas sociais. No campo prático, a pesquisa oferece subsídios para que gestores de projetos possam implementar melhorias graduais, como planejamento antecipado da divulgação, ampliação dos pontos de coleta e organização logística mais estruturada, provando que a solidariedade e a cidadania não são exclusividade de grandes corporações ou órgãos públicos. Metodologicamente, o uso da abordagem qualitativa permitiu captar detalhes e subjetividades que instrumentos quantitativos omitiriam, conferindo profundidade ao diagnóstico, como defendido por Minayo (2014).

Limitações e Proposições para Pesquisas Futuras - Reconhece-se que este estudo, dado o seu caráter exploratório e amostra delimitada, não permite a generalização estatística para toda a região. A natureza dos dados, baseada em relatos de experiência, pode conter vieses de percepção. Diante disso, abrem-se caminhos para investigações futuras que utilizem métodos mistos (*quantitativo-qualitativo*) para mensurar o impacto direto de projetos sociais na autoestima e no desenvolvimento de crianças. Sugere-se, ainda, estudos comparativos entre diferentes tipos de projetos comunitários e pesquisas que aprofundem o impacto da participação estudantil na formação cidadã. Tais desdobramentos são fundamentais para consolidar o capital social como o pilar de sustentação e inovação das iniciativas sociais na região, e para fortalecer a relação entre universidade e comunidade, como preconizado por Freire (2005).

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. 1997.
- BALESTRERI, R. Polícia e sociedade: da solitária diáde “nós e eles” à unívoca e solidária identidade cidadã. Periódico Científico PMPA em Revista, v. 1, n. 1, 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRITES, L. Desenvolvimento infantil: brinquedos não servem só para brincar. Instituto NeuroSaber, 2025.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GARCIA, C. Descubra qual a importância de brincar para a educação infantil. Escola da Inteligência, 2025.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LOBO, N. C.; MENEZES, E. C.; RAUPP, F. Transparência ativa e passiva dos ministérios públicos do sul do Brasil: um estudo por meio de portais eletrônicos. Cadernos UniFOA, v. 19, n. 54, 2024.
- MATIAS-PEREIRA, J. Curso de administração pública: focos, abordagens e desafios. São Paulo: Atlas, 2012.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Teoria Geral da Administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAZZA, A. *Manual de direito administrativo*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, E. *Administração geral e pública para concursos*. 4. ed. Salvador: JusPODIVM, 2019.

NUNES, W.; COSTA, C. R. Uma cidade em questão: apontamentos da participação cidadã e processo de urbanização sobre o caso de Floriano-PI. *Sociedade em Debate*, v. 5, n. 1, 2023.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, v. 43, p. 1343-1368, 2009.

PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

RAIMUNDO, C. *Gestão contemporânea na administração pública: as contribuições do Modelo de Excelência em Gestão Pública*. *Revista Eixo*, v. 8, n. 2, 2019.

RIOS, R.; GARCIA, F. *Corrupção pública e accountability: uma proposta de enfrentamento integrado a partir da perspectiva da accountability social*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 126, 2023.

SARAIVA, P. M. et al. *O papel da transparência na gestão pública: uma revisão teórica*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 12, 2025.

SOUZA, R.; CAMARGO, M. E. *Gestão pública no judiciário: a responsabilidade dos gestores e a governança pública corporativa*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 5, 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.